

## **A relação de topicalização como recurso para a negociação de faces e territórios: uma abordagem interacionista**

**Daniel Martins de Brito<sup>1</sup>**

**RESUMO:** Neste trabalho, temos por objetivo analisar o papel que a relação de topicalização desempenha na gestão de faces e territórios em um excerto de uma entrevista jornalística escrita publicada pela *Folha de S. Paulo* em fevereiro de 2021, entrevista protagonizada pelas jornalistas Fernanda Mena (entrevistadora) e Nikole Jones (entrevistada). Buscando alcançar tal objetivo, adotamos uma abordagem interacionista para o estudo das relações de discurso, que, baseada em contribuições teórico-metodológicas da Escola de Genebra (ou abordagem genebrina de Análise do Discurso), tem sido desenvolvida no âmbito do Grupo de Estudos sobre Pragmática, Texto e Discurso, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. À luz dessa abordagem interacionista, analisamos duas ocorrências da relação de topicalização em um excerto da entrevista. Com a análise, buscamos demonstrar de que maneira o estabelecimento dessa relação ajuda o locutor a produzir uma intervenção que possa ser considerada pelo interlocutor como suficientemente adequada, isto é, uma intervenção pouco ou nada ofensiva, que não coloca em perigo as faces e os territórios em cena. Por meio da análise, mostramos que a topicalização atua como um recurso essencialmente interacional, uma vez que auxilia o locutor a impedir – ou pelo menos, tentar impedir – eventuais objeções do interlocutor. Dessa maneira, tal relação contribui em grande medida para proteger não somente a face e o território do interlocutor dos danos causados por uma intervenção ofensiva, mas também a face e o território do próprio locutor dos prejuízos causados por eventuais objeções do interlocutor.

**PALAVRAS-CHAVE:** Entrevista jornalística. Relação de topicalização. Interação. Modelo genebrino de Análise do Discurso.

### **1. INTRODUÇÃO**

De acordo com Cunha (2015, 2020a), as teorias sobre articulação textual, de modo geral, tendem a priorizar a descrição das relações que emergem da ligação entre os constituintes que estruturam um texto e o estudo dos marcadores linguísticos que sinalizam essas relações, como os conectores e as expressões conectivas. No Funcionalismo, por exemplo, podem ser citados o trabalho sobre relações coesivas em inglês desenvolvido por Halliday e Hasan (1976), a Teoria da Estrutura Retórica (*Rhetorical Structure Theory*), abordagem que estuda as relações retóricas que organizam os textos, de Mann e Thompson (1988) e Mann, Matthiessen e Thompson (1992) e a Gramática de Usos do Português, de Neves (2000). Na Linguística Textual, podem ser mencionados os trabalhos sobre coesão e coerência de Koch (1999, 2004, 2006). Na Análise do Discurso, podem ser listados os estudos da Escola de Genebra (ou modelo genebrino de Análise do Discurso)<sup>2</sup> sobre a articulação de constituintes textuais na estrutura de discurso (Roulet, 1986, 1987, 1999, 2003, 2006; Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001).

---

<sup>1</sup> Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A pesquisa cujos resultados parciais são apresentados neste trabalho foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). E-mail: [danielmrtinsb@gmail.com](mailto:danielmrtinsb@gmail.com)

<sup>2</sup> A Escola de Genebra (ou modelo genebrino de Análise do Discurso) é uma abordagem dos estudos do discurso criada na Universidade de Genebra no final dos anos 1970 e desenvolvida até o início dos anos 2000 por um grupo de pesquisadores liderado por Eddy Roulet. A atual versão do quadro teórico-metodológico desenvolvido pela Escola de Genebra é o Modelo de Análise Modular do Discurso (MAM) (Roulet; Filliettaz, Grobet, 2001). Esse

Nesses estudos, é possível verificar que, se, de um lado, há uma forte preocupação com aspectos informacionais e/ou estruturais das relações que se estabelecem entre as partes de um texto, de outro, costuma ser ignorado – ou, pelo menos, colocado em segundo plano – o funcionamento de tais relações na interação, mais especificamente na gestão de imagens identitárias (faces e territórios<sup>3</sup>) que os participantes de uma interação realizam (Brito, 2022, 2023).

A partir dessa lacuna, Cunha (2015, 2016a, 2017, 2019, 2020a, 2020b, 2021a, 2021b, 2021c, 2022a, 2022b, 2022c), no âmbito do Grupo de Estudos sobre Pragmática, Texto e Discurso (GEPTED), da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (FALE/UFMG), vem desenvolvendo uma abordagem interacionista que, apoiada em contribuições teórico-metodológicas da Escola de Genebra, atribui importância central às relações de discurso no processo de negociação de imagens identitárias.

Com base nessa abordagem interacionista, desenvolvemos no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais (POSLIN/UFMG), entre 2021 e 2023, uma pesquisa de mestrado cujo propósito foi investigar em que medida as relações de discurso propostas pelo modelo genebrino de Análise do Discurso (argumento, comentário, reformulação, contra-argumento, topicalização, sucessão (tempo)<sup>4</sup>, clarificação e preparação) (Roulet; Fillietaz; Grobet, 2001; Cunha, 2013) podem ser vistas como recursos interacionais, ligados à negociação de faces e territórios realizada por participantes de entrevistas jornalísticas. Essa pesquisa se justifica com dois argumentos. O primeiro é que, como informado, escapa aos objetivos da literatura dedicada ao estudo da articulação textual a investigação do papel das relações textuais na negociação de imagens identitárias. O segundo é que não há, no âmbito da Escola de Genebra, pesquisas que tomem a

---

modelo, que resulta de mais de três décadas de pesquisas, tem como objetivo descrever e explicar, por meio da adoção de uma metodologia de análise em módulos e formas de organização, a complexidade das produções discursivas. Para mais detalhes sobre essa abordagem e sobre a metodologia modular, ver Roulet; Fillietaz; Grobet (2001).

<sup>3</sup> Proposta na perspectiva microsociológica de Goffman (2011, p. 13-14), a noção de face trata do “valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha [de conduta] que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular”. A face também pode ser conceituada como “uma imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados” (2011, p. 14). Já a noção de território diz respeito i) ao espaço individual físico ou simbólico que cada indivíduo possui e busca proteger do outro e ii) ao desejo de cada pessoa estar e permanecer em liberdade para agir e não sofrer imposições do outro (Goffman, 1973).

<sup>4</sup> Cunha (2013) sugere a substituição da categoria genérica de sucessão, proposta na Escola de Genebra (Roulet; Fillietaz; Grobet, 2001), pela categoria de tempo. Para o autor, essa substituição se faz necessária porque a sucessão é uma relação específica e não genérica. Por isso, ela não abarca outros tipos de relações temporais, como a anterioridade, a continuidade, a simultaneidade.

entrevista jornalística como objeto de uma análise sistemática no estudo do papel das relações de discurso na gestão de faces e territórios<sup>5</sup>.

Apresentando parte dos resultados alcançados com essa pesquisa, o objetivo deste trabalho é evidenciar em que medida uma das relações de discurso propostas pela Escola de Genebra, a relação de topicalização, pode ser compreendida como um recurso para a negociação de faces e territórios em uma entrevista jornalística concedida pela jornalista norte-americana Nikole Jones à *Folha de S. Paulo*, entrevista essa que foi publicada em formato escrito no site da *Folha* em fevereiro de 2021 e que constitui o *corpus* definitivo de nossa pesquisa<sup>6</sup>.

A decisão de focalizar a topicalização e não outra relação de discurso se justifica com o fato de ainda não haver trabalhos desenvolvidos à luz da abordagem interacionista de Cunha que tratem especificamente dessa relação. Na verdade, os estudos desenvolvidos até o momento têm focalizado as relações de argumento (Cunha, 2022a, 2022b), contra argumento (Cunha, 2017; Picinin, 2021), preparação (Brito, 2022), comentário metadiscursivo (Braga, 2021) e reformulação (Cunha, 2022c), mas não a topicalização. Já a decisão de analisar o papel da topicalização no gênero entrevista jornalística se deve justamente ao fato de ser esse o gênero que foi estudado em nossa pesquisa.

Para cumprir com o objetivo colocado, apresentamos no próximo item as noções teóricas de processo de negociação, completude e relação de discurso, que são propostas no modelo genebrino e que são fundamentais para a abordagem interacionista de Cunha para o estudo da articulação textual. Na sequência, apresentamos essa abordagem interacionista, em cujas contribuições este estudo se baseia. Depois, analisamos, à luz dessa abordagem, duas ocorrências da relação de topicalização na entrevista concedida por Nikole Jones à *Folha de S. Paulo*. Por fim, apresentamos as considerações finais.

## **2. ALGUMAS PROPOSIÇÕES TEÓRICAS DA ESCOLA DE GENEBRA**

### **2.1 O DISCURSO COMO PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO**

---

<sup>5</sup> É verdade que, em Roulet (1999), é apresentada uma análise de uma entrevista jornalística televisiva ocorrida em contexto francês. Porém, essa análise é pontual e não nos permite observar sistematicamente o papel das relações de discurso na gestão de faces e territórios ao longo da interação.

<sup>6</sup> Essa entrevista, que foi publicada escrita, compõe a seção *Fuga para a Frente*, uma seção criada em 2021 em comemoração aos 100 anos de atuação da *Folha de S. Paulo* no Brasil. Essa seção é constituída de oito entrevistas concedidas por diferentes personalidades mundiais à *Folha*. A entrevista cujo excerto foi selecionado para a análise apresentada neste artigo pode ser acessada na íntegra em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2021/02/diversidade-e-crucial-para-fazer-bom-jornalismo-diz-vencedora-do-pulitzer.shtml>.

Na Escola de Genebra, o discurso é concebido como interação verbal situada (Roulet, Filliettaz, Grobet, 2001). Essa concepção de discurso implica a consideração de que subjaz a toda produção discursiva – oral, escrita, dialogal, monologal, polilocal, literária/ficcional, não literária etc. – um processo de negociação, que pode ser entendido como um processo comunicativo em que os interlocutores se engajam, realizando sucessivas ações languageiras, para coordenar ações verbais e não verbais, ou seja, interagir (Roulet *et al.*, 1985; Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001).

Segundo Roulet (Roulet *et al.*, 1985, p. 15, tradução nossa), a origem de todo processo de negociação está

em um problema que dá lugar a uma iniciativa do locutor; esta iniciativa exige uma reação, que pode ser favorável ou desfavorável, do interlocutor. Se ela é favorável, o locutor pode encerrar a negociação expressando por sua vez o seu acordo.

O processo de negociação, em princípio, se constitui de pelo menos três fases ou etapas: uma proposição, construída pelo locutor, uma reação, elaborada pelo interlocutor, e uma ratificação, produzida pelo locutor (Roulet *et al.*, 1985; Roulet, 1986, 1987, 1992, 1999, 2003, 2006; Roulet; Filliettaz, Grobet, 2001). Assim, a um diálogo formado por uma pergunta (Posso pegar seu caderno emprestado?), uma resposta (Claro.) e um agradecimento (Obrigado.) subjaz um processo de negociação no qual uma proposição elaborada pelo locutor (a pergunta) motiva uma reação por parte do interlocutor (a resposta), que suscita uma ratificação do locutor (o agradecimento).

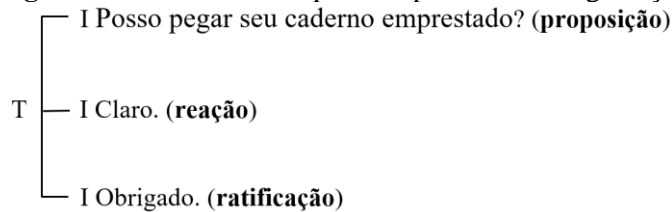
Propõe a Escola de Genebra que todo processo de negociação possui uma materialidade textual, que reflete a maneira como a negociação se estrutura em constituintes textuais. Por isso, o modelo genebrino lança mão das estruturas hierárquicas, que são importantes instrumentos metodológicos que podem ser utilizados pelo analista para descrever a materialidade textual da interação. Nessas estruturas, são representados três tipos de constituintes textuais, que refletem diferentes níveis da materialidade do texto:

- Troca (unidade máxima de análise textual): é formada por intervenções, que textualizam as várias proposições, reações e ratificações produzidas pelos interlocutores na negociação. A troca representa todo o processo de negociação.
- Intervenção (unidade intermediária): é formada por um único ato ou vários, por outras intervenções e até mesmo trocas. As intervenções correspondem a cada uma das três fases (proposição, reação e ratificação) que podem compor a negociação.

- Ato<sup>7</sup> (unidade mínima de análise textual): corresponde à menor unidade delimitada por uma e outra passagem da memória discursiva, a qual corresponde ao “conjunto de saberes conscientemente partilhados pelos interlocutores” (Berrendoner, 1983, p. 230, tradução nossa).

Assim, do ponto de vista textual, a negociação exemplificada anteriormente (A: Posso pegar seu caderno emprestado? B: Claro. A: Obrigado.) pode ser representada pela seguinte estrutura hierárquica<sup>8</sup>:

**Figura 1:** Estrutura hierárquica do processo de negociação



**Fonte:** Elaboração do autor.

Como mostra a estrutura, todo o processo de negociação, ou seja, todo o diálogo entre os interlocutores se textualiza em uma troca. Cada uma das fases da negociação (proposição, reação e ratificação) se textualiza em intervenções.

## 2.2 OS PRINCÍPIOS DE COMPLETUDE DIALÓGICA E MONOLÓGICA

O desenvolvimento e o encerramento do processo de negociação são condicionados a dois princípios básicos: o de completude dialógica e o de completude monológica. O primeiro princípio “estipula que uma negociação só pode acabar se os interactantes manifestam reciprocamente um acordo recaindo sobre seu encerramento (restrição do ‘duplo acordo’)” (Filliettaz, 2004, p. 82, tradução nossa). Na negociação representada pela Figura 1, é possível observar que os interlocutores chegam ao duplo acordo sem muitas dificuldades, ou seja, eles alcançam facilmente a completude dialógica. Porém, as interações que ocorrem na vida em sociedade não costumam ter uma configuração tão simples (Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001).

Se o interlocutor se recusasse a emprestar o caderno ao locutor, aquele então produziria uma reação negativa à proposição inicial deste e, muito possivelmente, motivaria o locutor a reelaborar essa proposição, ou seja, a construir uma contra-proposição. Diante dessa contra-

<sup>7</sup> A Escola de Genebra propõe alguns critérios para a segmentação do texto em atos. Segundo esses critérios, são marcas limítrofes entre atos os sinais de pontuação (ponto-final, ponto e vírgula, ponto de interrogação, ponto de exclamação, dois-pontos) e os conectores (*mas, pois, porque* etc.); constituem atos as orações justapostas e coordenadas, as orações adverbiais e adjetivas explicativas, os sintagmas ou adjuntos adverbiais deslocados à esquerda, os adjuntos adverbiais intercalados, os apostos e vocativos (Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001).

<sup>8</sup> T: Troca; I: Intervenção.

proposição, o interlocutor poderia elaborar outra reação negativa, motivando o locutor a produzir mais uma contra-proposição. Esse processo poderia se estender até que os dois alcançassem o duplo acordo: - Posso pegar seu caderno emprestado? (proposição) – Não! (reação negativa) – Me empresta, por favor! (contra-proposição) – Você não tem cuidado com minhas coisas! (reação negativa) – Juro que não vou estragá-lo. (contra-proposição) – Está bem. – Obrigado. (ratificação).

Por sua vez, o princípio de completude monológica estabelece a necessidade de o locutor produzir cada uma das fases do processo de negociação (proposição, reação e ratificação) de modo a fazer com que o interlocutor considere que elas satisfazem uma exigência comunicativa e uma exigência ritual, permitindo, assim, que esse interlocutor consiga reagir a ela. Do ponto de vista comunicativo, cada etapa da negociação deve ser considerada pelo interlocutor como suficientemente informativa, esclarecedora e completa. Do ponto de vista ritual, ela deve ser avaliada por esse interlocutor como pouco ameaçadora para as faces e os territórios em jogo (Roulet *et al.*, 1985; Roulet, 1986, 1987, 1992, 2003, 2006; Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001).

Se o interlocutor avalia que a intervenção do locutor não satisfaz a uma ou às duas exigências de completude monológica (comunicativa e ritual), ele pode suspender momentaneamente o processo de negociação principal e iniciar uma negociação secundária para ajudar o locutor a alcançar a completude monológica (Roulet, Filliettaz, Grobet, 2001). No nível do texto, essa negociação secundária se materializa em uma troca subordinada<sup>9</sup> de clarificação. Isso ocorre porque “é muito difícil reagir positivamente ou negativamente a uma proposição pouco clara ou incompleta, bem como é difícil avaliar uma reação incompleta” (Roulet, 1986, p. 190, tradução nossa).

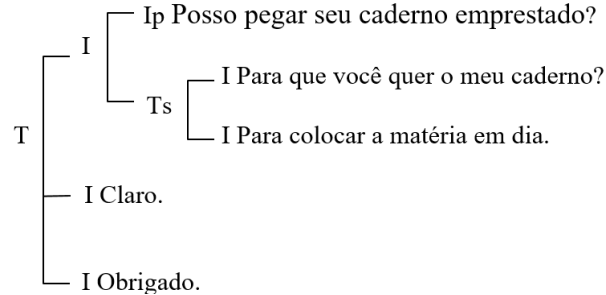
Na negociação que temos utilizado como exemplo, se o interlocutor julgasse que a pergunta do locutor não alcança a completude monológica – seja porque coloca em risco suas imagens identitárias ou porque não é suficientemente completa, informativa, esclarecedora –,

---

<sup>9</sup> A coordenação e subordinação, no modelo genebrino, não correspondem às noções gramaticais de coordenação e subordinação sintática, mas a fenômenos atrelados à negociação. Essas noções se associam às relações de dependência, independência ou interdependência entre os constituintes textuais do discurso. A relação de dependência se dá quando a presença de um constituinte depende da presença de outro. Nesse caso, o constituinte dependente é categorizado como subordinado em relação ao outro, podendo ser suprimido sem impactar a estrutura e a compressão global do texto. Já o outro constituinte é categorizado como principal, porque apresenta uma informação fundamental para a estrutura e a compreensão do texto. Por isso mesmo, não pode ser suprimido. A relação de interdependência ocorre quando os constituintes são mutualmente dependentes, assim como ocorre em uma troca formada por uma intervenção de pergunta e outra de resposta: a intervenção de resposta, para ser caracterizada como sendo de resposta, depende da intervenção de pergunta e, de igual modo, esta, para ser caracterizada como sendo uma intervenção de pergunta, depende da existência da intervenção de resposta. Por fim, a relação de independência se estabelece quando a existência de um constituinte textual não depende da existência de outro constituinte (Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001).

ele poderia abrir uma troca subordinada (uma negociação secundária) para pedir esclarecimentos ao locutor e, assim, ajudá-lo a completar sua intervenção de pergunta:

**Figura 2:** Estrutura hierárquica (dificuldade no alcance da completude monológica)



**Fonte:** Elaboração do autor

Cabe esclarecer que a tarefa de julgar a completude monológica da intervenção do locutor é um dever exclusivo do interlocutor. Em outros termos, mesmo que o locutor se esforce para alcançar a completude monológica e elaborar uma intervenção que, sob seu ponto de vista, satisfaça as restrições comunicativa – sendo suficientemente completa, informativa e clara – e ritual – evitando prejuízos às faces e aos territórios em jogo –, essa intervenção permanece sujeita a eventuais objeções do interlocutor, já que só ele pode avaliar, em última instância, a completude da intervenção (Roulet *et al.*, 1985; Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001). Desse modo, o modelo genebrino considera que a produção de uma intervenção é um processo fundamentalmente interacional, pois o locutor, ao elaborar seu texto, é inevitavelmente condicionado à avaliação que o outro, o interlocutor, fará desse texto (Roulet *et al.*, 1985).

### 2.3 AS RELAÇÕES DE DISCURSO

Como informado, a negociação é um processo em que os interlocutores realizam sucessivas ações languageiras. Uma dessas ações é o estabelecimento de relações de discurso (Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001). Para a abordagem genebrina, as relações de discurso constituem recursos languageiros por meio dos quais os interlocutores, no curso da negociação, buscam alcançar as completudes dialógica e monológica. Por isso, essas relações podem ser compreendidas como recursos essencialmente interacionais, já que é por meio delas que os interlocutores iniciam, desenvolvem e concluem a interação, bem como negociam faces e territórios. (Roulet *et al.*, 1985; Roulet; Filliettaz, Grobet, 2001). Nessa abordagem dos estudos do discurso, são propostos dois tipos de relações: as ilocucionárias, que favorecem o alcance da completude dialógica, e as interativas, que contribuem para o alcance da completude

monológica (Roulet *et al.*, 1985; Roulet, 1986, 1987, 1992, 1996, 1997, 2003, 2006; Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001).

As relações ilocucionárias articulam as intervenções que constituem uma troca, podendo ser iniciativas (pergunta, pedido, asserção) ou reativas (resposta e ratificação) (Roulet, 2003, 2006; Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001). Roulet (2003) explica que as relações ilocucionárias se caracterizam como iniciativas ou reativas de acordo com a posição dos constituintes na estrutura da troca. Nos termos do autor, “a primeira intervenção de uma troca está ligada à seguinte por uma relação de iniciativa ilocucionária, a última intervenção está ligada à anterior por uma relação ilocucionária reativa” (Roulet, 2003, p. 156, tradução nossa). Quanto às intervenções intermediárias, cada uma delas se liga “à anterior por uma relação ilocucionária reativa e à seguinte por uma relação ilocucionária iniciativa” (2003, p. 156, tradução nossa).

Porque a relação de topicalização, objeto de estudo deste trabalho, é uma categoria de relação interativa, não abordaremos as relações ilocucionárias de maneira mais detalhada<sup>10</sup>. Sobre as relações interativas, vale ressaltar que, como indicado na Introdução, elas se distinguem em oito categorias genéricas: argumento, contra-argumento, reformulação, topicalização, sucessão (tempo), preparação, comentário e clarificação (Roulet, 1999a, 2003, 2006; Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001; Cunha, 2013)<sup>11</sup>. Essas oito categorias são caracterizadas como genéricas porque, para a Escola de Genebra, cada uma delas recobre relações específicas: a categoria de argumento, por exemplo, recobre relações de causa, exemplificação, justificativa, explicação, argumento potencial, argumento suplementar, conclusão; a categoria de reformulação abarca relações específicas de reformulação parafrástica e não parafrástica (Roulet, 1987, 2003, 2006; Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001).

As relações interativas podem ser indicadas na estrutura do discurso por meio de marcadores linguísticos, como os conectores e as expressões conectivas. A partir das discussões apresentadas em Roulet (2003, 2006) e Roulet, Filliettaz e Grobet (2001), Marinho (2002) e Cunha (2013), apresentamos a seguir algumas marcas linguísticas que podem sinalizar as relações interativas na estrutura textual do discurso:

<sup>10</sup> Explicações mais detalhadas a respeito das relações ilocucionárias são apresentadas em Roulet (1980), que desenvolve um estudo bastante aprofundado sobre essas relações.

<sup>11</sup> Nas estruturas hierárquicas, as relações interativas são sinalizadas por abreviaturas: *arg*: argumento; *c-a*: contra-argumento; *ref*: reformulação; *top*: topicalização; *tem*: tempo; *prep*: preparação; *com*: comentário; *cla*: clarificação (Cunha, 2013).



- argumento – *porque, por isso, além de, para que, pois, se, uma vez que* etc.;
- contra-argumento – *mas, no entanto, porém, ainda que, todavia, embora* etc.;
- reformulação – *ou seja, isto é, na verdade, ou melhor, enfim, de fato* etc.;
- topicalização – deslocamento à esquerda ou marcadores como *quanto a, em/com relação a, no que diz respeito a, no que tange a* etc.;
- comentário – *onde, que, no/a qual, cujo/a, em que, o que* etc.;
- sucessão (tempo) – *depois de, em seguida, logo após* etc.

Vale ressaltar que as relações de preparação e clarificação não são sinalizadas por algum marcador específico. Na verdade, essas relações são sinalizadas pela posição dos constituintes na estrutura do texto. A relação de preparação é sinalizada quando um constituinte subordinado antecede um constituinte principal, ao passo que a relação de clarificação é indicada pela abertura de uma troca subordinada após um constituinte principal (Roulet; Filliettaz, Grobet, 2001).

Cabe esclarecer também que as relações que podem ser marcadas nem sempre são efetivamente explicitadas por algum marcador linguístico. A ausência de marcadores pode ser explicada com o fato de que, em alguns casos, a relação entre os constituintes textuais é bastante evidente, o que torna desnecessária a presença de um conector ou uma expressão conectiva. Nesse caso, segundo Marinho (2002), os interlocutores normalmente estabelecem a relação por inferência e sem muitas dificuldades.

No que tange à categoria de topicalização, que constitui o foco de nosso interesse neste trabalho, essa categoria “repousa essencialmente sobre uma ancoragem informacional: a informação ativada pelo primeiro ato constitui o ponto de ancoragem imediato, ou seja, o tópico do segundo ato” (Grobet, 1999, p. 106, tradução nossa). A relação de topicalização se dá quando um constituinte subordinado (uma clivagem, um sintagma deslocado à esquerda ou introduzido por expressões conectivas como *no que se refere a, quanto a*) ativa uma informação que será o tópico do constituinte principal imediatamente seguinte. Segundo Grobet (1999, p. 111, tradução nossa), a topicalização é caracterizada

pela ativação de um objeto de discurso apresentado como aquele sobre o qual o falante falará. Em outros termos, a informação ativada pelo objeto de discurso inicial constitui o tópico do constituinte subsequente, e é apresentado como tal.

O constituinte topicalizado, além de poder ativar um tópico de que o locutor vai falar, pode funcionar como um enquadre espacial ou temporal, em cujo interior devem ser interpretadas as informações ativadas no constituinte subsequente (Grobet, 1999).

Para exemplificar a relação de topicalização e tornar mais esclarecedora sua definição, apresentamos a seguir dois excertos – já segmentados em atos – extraídos da entrevista concedida por Nikole Jones à *Folha de S. Paulo* em que a relação é estabelecida. O primeiro representa uma pergunta elaborada pela entrevistadora, a jornalista da *Folha* Fernanda Mena:

(1) FOLHA DE S. PAULO (Fernanda Mena) – (1) O projeto trouxe à tona personagens e fatos que se tornaram invisíveis na história dita oficial. (2) Qual é a consequência de revelar essas figuras e eventos para a sociedade de hoje?

Nesse excerto, o ato (1) ativa um objeto de discurso, isto é, uma informação ou um tópico (*personagens e fatos invisíveis da história considerada oficial dos EUA*) sobre o qual a entrevistadora irá falar no ato seguinte. No ato (2), esse tópico é retomado e reativado pelo sintagma nominal *essas figuras e eventos*. Por isso, a relação que articula esses dois constituintes textuais é de topicalização.

O segundo excerto representa uma resposta produzida pela entrevistada, a jornalista estadunidense Nikole Jones:

(2) NIKOLE JONES – (1) Nos EUA, (2) a população de negros escravizados nunca foi superior a 20% e hoje somos 13% de seus descendentes (...)

Nesse excerto, o ato (1) ativa um objeto de discurso (*EUA*) que constitui não a informação sobre a qual a entrevistada irá falar em seguida, mas um pano de fundo ou um enquadre espacial, em cujo interior deve ser interpretada a informação expressa no ato (2). Ou seja, a declaração de que a população de negros nunca foi superior a 20% e hoje é de 13% deve ser interpretada no enquadre espacial dos EUA. Justamente porque a informação ativada no ato (1) enquadra espacialmente a informação expressa no ato (2), a relação que articula esses dois constituintes é de topicalização.

Como explicado, as relações interativas funcionam como recursos que contribuem para o alcance da completude monológica. Porém, conforme Brito (2022, 2023), a abordagem genebrina de Análise do Discurso, de modo geral, “prioriza a exigência comunicativa de completude monológica, desconsiderando o peso da restrição ritual sobre o estabelecimento desse tipo de relação”. É em função disso que, a nosso ver, é necessária a adoção de uma abordagem que, tal como a que é adotada neste trabalho, revise o tratamento dado pela Escola

de Genebra às relações interativas e focalize o papel dessas relações na gestão de faces e territórios.

### **3. UMA ABORDAGEM INTERACIONISTA PARA O ESTUDO DAS RELAÇÕES DE DISCURSO INTERATIVAS**

Como informado na Introdução, a abordagem interacionista em cujas proposições este trabalho se apoia é constituída de estudos realizados nos últimos anos por Cunha (2015, 2017, 2019, 2020a, 2020b, 2021a, 2021b, 2021c, 2022a, 2022b, 2022c) no Grupo de Estudos sobre Pragmática, Texto e Discurso, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Para tal abordagem, todo e qualquer processo de negociação possui uma dimensão sócio-histórica, outra interpessoal e outra semiótica.

De acordo com Cunha (2020b), a dimensão sócio-histórica compreende um conjunto de expectativas e conhecimentos que os indivíduos possuem sobre como agir em determinada interação. Em outros termos, essa dimensão diz respeito às expectativas constituídas social e historicamente para cada tipo de encontro, expectativas essas que permitem aos interlocutores responder à pergunta “o que está acontecendo aqui?” e, desse modo, enquadrar a experiência social da qual participam como sendo uma aula, um debate, uma entrevista, um bate-papo etc. (Goffman, 1986 [1974], p. 8). A dimensão interpessoal corresponde ao conjunto de ações que os interlocutores realizam no decorrer de uma interação a partir das expectativas socio-historicamente constituídas que eles possuem para tal interação. Parte dessas expectativas, segundo Cunha (2020b), diz respeito à adoção de comportamentos que são social e historicamente validados como adequados ou esperados para a interação. Já a dimensão semiótica é relativa ao conjunto de recursos semióticos – dentre os quais está a linguagem – de que os interlocutores podem lançar mão para coordenar ações e explicitar as expectativas que possuem para a interação em que estão engajados (Cunha, 2020b).

Nessa visão de negociação, o estabelecimento das relações de discurso pode ser entendido como uma manobra resultante da articulação das três dimensões da interação (2020b). Isso porque essas relações são compreendidas como recursos linguísticos ou semióticos de que os participantes de uma interação, com base em seus conhecimentos sócio-históricos e em suas expectativas para essa interação, se valem para coordenar ações e sinalizar uns para os outros o modo como eles interpretam o processo de negociação em que estão engajados. Nos termos de Cunha (2020b, p. 155),

uma relação de comentário, reformulação, condição ou outra é um recurso semiótico que permite ao locutor realizar ações conjuntas, tentando se fazer compreendido pelo interlocutor e negociando com ele imagens identitárias. Ao mesmo tempo, a decisão do locutor por estabelecer ou não a relação implica a consideração das expectativas sócio-históricas que possui sobre o ambiente institucional em que se situa, expectativas que têm um impacto sobre o que cada participante da interação pode esperar e exigir do/s outro/s (Cunha, 2020b, p. 155).

Nessa perspectiva, se as expectativas sócio-históricas subjacentes a uma interação impactam a decisão do locutor por estabelecer ou não relações de discurso, tais relações podem ser compreendidas como índices ou “pistas de contextualização”, ou seja, “traços linguísticos que contribuem para a sinalização de pressuposições contextuais” (Gumperz, 2013 [1982], p. 152). Dito de outra maneira, as relações de discurso podem ser consideradas recursos fundamentalmente interacionais, pois, em uma negociação, auxiliam os interlocutores a interagir. Afinal, com essas relações, os interlocutores categorizam ou enquadram a atividade interacional da qual participam (Goffman, 1986 [1974]), sinalizam uns para os outros o modo como interpretam essa atividade, bem como o comportamento que eles efetivamente adotam e esperam/exigem uns dos outros (Brito, 2022, 2023).

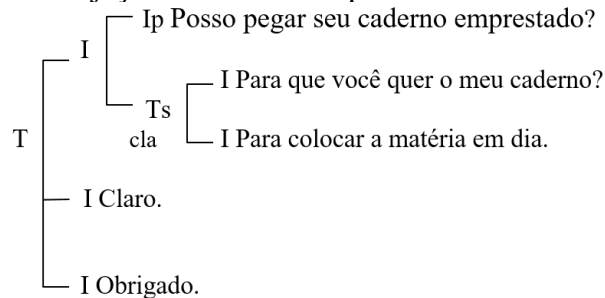
A natureza interacional das relações de discurso também se revela com o fato de que, com o estabelecimento dessas relações, os interlocutores antecipam-se a possíveis objeções uns dos outros, na busca por impedi-las, e, dessa maneira, evitar que as faces e os territórios em jogo na interação sofram com os prejuízos implicados por tais objeções (Cunha, 2020a, 2020b, 2021a, 2021b, 2022c).

De acordo com Cunha (2020b, 2022b), todo interactante possui uma competência interacional que o permite saber que, no curso de uma negociação, elaborar uma intervenção que não alcança a completude monológica significa adotar uma linha de conduta ou um comportamento inesperado. Em uma interação, “adotar uma linha [de conduta] considerada inesperada implica quebrar uma ‘regra de conduta’” e, conseqüentemente, “contrariar parte das expectativas para o encontro, expectativas que, até a emergência do comportamento inesperado ou desviante, [os interlocutores] acreditavam compartilhar” (Cunha, 2020b, p. 155). Segundo o pesquisador, contrariar expectativas para o encontro corresponde, aos olhos do outro/interlocutor, à adoção de um comportamento ofensivo para sua face e seu território (Cunha, 2020a, 2020b). Assim, na busca por tentar reparar a ofensa sofrida, o outro/interlocutor pode fazer uma objeção à completude monológica da intervenção do locutor (Cunha, 2020b), o que pode ser perigoso para a face e o território do locutor-ofensor, pois

toda objeção feita por um dos interactantes ao comportamento do outro, mesmo a que recai sobre aspectos estritamente comunicativos, constitui uma ofensa para o alvo da objeção, porque (em grau maior ou menor, dependendo do contexto em que estão inseridos) põe em questão seu saber, suas qualidades de orador ou escritor habilidoso, sua legitimidade para dizer o que diz, seu poder presumido, as qualidades de seu caráter e de sua personalidade etc. (Cunha, 2020a, p. 119).

De acordo com Cunha (2019, 2021c), uma objeção pode se textualizar, na estrutura hierárquica, na abertura de uma troca subordinada com função de clarificação (Tscla). Em maior ou menor grau, a abertura dessa Tscla implica danos às faces e aos territórios em jogo no processo de negociação. É possível observar isso na negociação representada na Figura 2, a qual rerepresentamos a seguir, na Figura 3:

**Figura 3:** Objeção materializada pela abertura de uma Tscla



**Fonte:** Elaboração do autor.

Nessa negociação, o interlocutor, para reagir à pergunta do locutor (Posso pegar seu caderno emprestado?), teve de fazer uma objeção (um pedido de esclarecimento), materializada pela abertura de uma Tscla. Essa objeção foi motivada pela interpretação do interlocutor de que a pergunta feita pelo locutor não alcançou a completude monológica, pois não apresentou a finalidade do empréstimo do caderno. Essa objeção, vale observar, traz implicações importantes para a imagem identitária do locutor, pois, ao realizá-la, o interlocutor invade o território dele, obrigando-o a completar sua pergunta (Brown; Levinson, 1987). Além disso, com a objeção, o interlocutor ataca a face do locutor, colocando em dúvida a capacidade ou a habilidade comunicativa deste para elaborar uma pergunta, no mínimo, suficientemente completa (Cunha, 2019, 2020a, 2021b).

Se, por exemplo, o locutor tivesse estabelecido uma relação de argumento marcada pelo conector *para*, a fim de expressar a finalidade do empréstimo, ele se anteciparia à objeção do interlocutor, impedindo-a ou pelo menos tornando-a menos aceitável, conforme indica o asterisco (\*) na seguinte troca:

- (3) Posso pegar seu caderno emprestado, para colocar a matéria em dia?  
 \*Para que você quer o meu caderno?

Dessa forma, o locutor, impedindo ou tornando menos aceitável a objeção do interlocutor, preservaria sua face e seu território dos prejuízos gerados por essa objeção. É assim que, na abordagem interacionista adotada neste estudo, entende-se que as relações de discurso constituem recursos essencialmente interacionais. Em síntese, essa abordagem defende que

as relações de discurso que o locutor estabelece entre as informações que expressa permitem a ele antecipar-se a possíveis objeções do outro (interlocutor ou terceiro) quanto à natureza ofensiva de sua intervenção, na busca por fazer com que o outro não avalie essa intervenção como um ataque à sua face ou uma invasão de seu território. Com as relações que estabelece, o locutor tenta impedir, desse modo, que o outro inicie uma troca reparadora, troca que, por ter como fim exatamente reparar a ofensa cometida pelo locutor, é sempre perigosa para sua face e seu território (Cunha, 2020a, p.110).

No entanto, cabe esclarecer que, embora o locutor, ao estabelecer relações de discurso, se esforce para construir uma intervenção que, do seu ponto de vista, alcança a completude monológica, somente o outro/interlocutor é que pode julgar em última instância se essa intervenção é ou não completa, informativa e/ou ameaçadora para as imagens identitárias em jogo. Por essa razão, o estabelecimento de uma relação não consegue necessariamente impedir toda e qualquer objeção, uma vez que o interlocutor, ainda assim, pode julgar que a intervenção do locutor não é suficientemente completa ou adequada. Logo, ele pode realizar objeções imprevistas pelo locutor (Cunha, 2021b).

Até aqui, explicamos a abordagem interacionista que adotamos neste trabalho somente do ponto de vista teórico. Do ponto de vista metodológico, ainda não foi proposto um percurso de análise definitivo para o estudo das relações de discurso, haja vista que a abordagem de Cunha ainda se encontra em processo de desenvolvimento e aprimoramento. Todavia, em Brito (2023), é apresentada uma proposta metodológica para o tratamento das relações interativas. Nessa proposta, é sugerido um percurso de análise em cinco etapas bem definidas.

Na primeira etapa de análise, o texto é segmentado em atos. Na segunda, identificam-se as relações de discurso entre os constituintes textuais<sup>12</sup>. Na terceira etapa, verificam-se as

---

<sup>12</sup> Essa primeira etapa deve ser guiada, sobretudo, pela observação das marcas linguísticas que sinalizam as relações de discurso, como os conectores e as expressões conectivas. Todavia, nem sempre as relações interativas são marcadas (Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001). Por isso, é necessário proceder ao teste de inserção de marcadores na estrutura do texto, de modo a verificar qual é a relação que liga o constituinte a uma informação da memória discursiva. Dessa forma, se, por exemplo, entre dois constituintes for possível inserir um conector como *mas* – que marca a relação de contra-argumento (Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001) –, mas não um marcador como *porque*, *isto é* ou *em seguida* – que sinalizam, respectivamente, as relações de argumento, reformulação e tempo –, considera-se que a relação que liga os constituintes é de contra-argumento.

eventuais objeções bloqueadas por cada ocorrência de relação de discurso. Na quarta, são averiguados os prejuízos causados pelas eventuais objeções bloqueadas às faces e aos territórios em cena. Na última etapa, é observado o modo como o interlocutor reage diante da intervenção em que a relação ocorre (se positiva ou negativamente, se faz objeções ou não), a fim de verificar a efetividade dessa relação no bloqueio de uma objeção.

A partir da discussão apresentada neste item, apresentaremos, a seguir, uma proposta de análise que, baseada nas contribuições teórico-metodológicas da abordagem interacionista de Cunha para o estudo das relações de discurso, demonstra como a relação de topicalização pode ser compreendida como um recurso interacional de que os participantes de uma entrevista jornalística podem se valer para negociar faces e territórios.

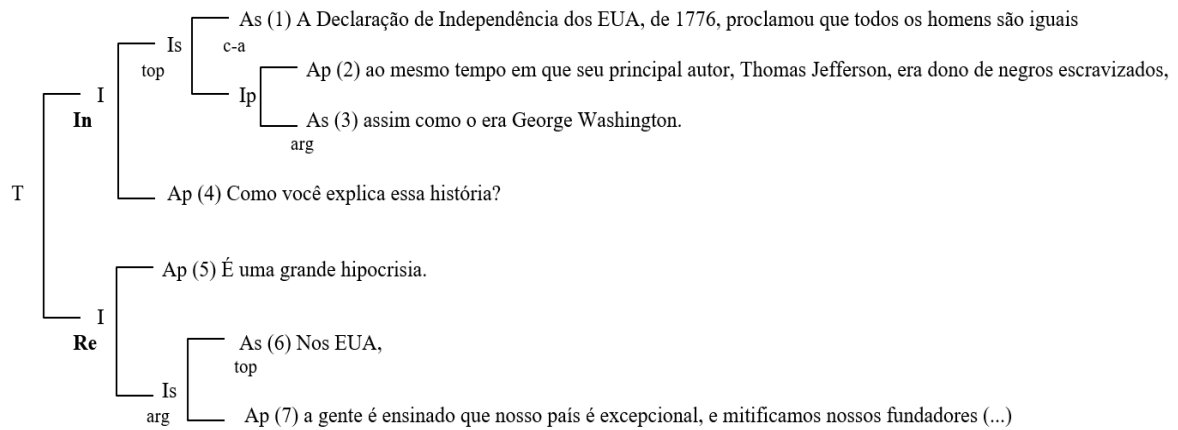
#### **4. O FUNCIONAMENTO DA TOPICALIZAÇÃO NA GESTÃO DE FACES E TERRITÓRIOS EM UM EXCERTO DE ENTREVISTA JORNALÍSTICA**

Neste item, apresentamos a análise do papel de duas ocorrências da relação de topicalização na gestão de faces e territórios em um excerto da entrevista protagonizada pelas jornalistas Fernanda Mena (entrevistadora), da *Folha*, e Nikole Jones (entrevistada), da *The New York Times Magazine*. Essa entrevista foi publicada no formato escrito em 23 de fevereiro de 2021 na seção *Fuga para a Frente*, do portal *on-line* da *Folha de S. Paulo*. As duas ocorrências da relação de topicalização selecionadas para a análise são estabelecidas no seguinte trecho. Esse trecho, que já se apresenta segmentado em atos, é formado por uma pergunta elaborada pela entrevistadora e por uma resposta produzida pela entrevistada:

(4) FOLHA DE S. PAULO (Fernanda Mena) – (1) A Declaração de Independência dos EUA, de 1776, proclamou que todos os homens são iguais (2) ao mesmo tempo em que seu principal autor, Thomas Jefferson, era dono de negros escravizados, (3) assim como o era George Washington. (4) Como você explica essa história?

NIKOLE JONES – (5) É uma grande hipocrisia. (6) Nos EUA, (7) a gente é ensinado que nosso país é excepcional, e mitificamos nossos fundadores. (...)

Do ponto de vista textual, o excerto pode ser representado pela seguinte estrutura hierárquico-relacional:

**Figura 4:** Estrutura hierárquico-relacional do excerto em análise<sup>13</sup>

**Fonte:** Elaboração do autor.

Nessa estrutura, todo o excerto, que materializa um processo de negociação, constitui uma troca e cada uma das fases da negociação – a proposição (pergunta da entrevistadora) e a reação (a resposta da entrevistada) – constitui uma intervenção.

Na pergunta da entrevistadora, o Ap (4) e a informação da memória discursiva expressa na Is (1-3) se ligam pela relação de topicalização. Essa interpretação se fundamenta na observação da materialidade textual da própria pergunta. De acordo com Grobet (1999, p. 112, tradução nossa), a informação topicalizada, que constitui o objeto de discurso inicial, “se caracteriza por uma certa saliência, porque ela mesma constitui ‘o que o locutor está falando’. Essa saliência pode se manifestar por repetições anafóricas posteriores”. É justamente isso que ocorre na pergunta elaborada pela entrevistadora: nos atos (1-3), o objeto de discurso inicial (*a Declaração de Independência dos EUA proclamou a igualdade entre os estadunidenses, apesar de Thomas Jefferson e George Washington – duas figuras consideradas fundadoras do país – terem sido escravagistas*) é proeminente. Essa proeminência se manifesta por uma retomada anafórica, marcada pelo sintagma nominal *essa história* no ato (4). Nessa ocorrência da relação, nota-se que o objeto de discurso topicalizado é uma declaração feita pela entrevistadora, declaração essa que, no ato seguinte, é categorizada pela repórter como *história*.

Por meio dessa relação, a jornalista introduz os atos (1-3), que ativam e tornam proeminente o tópico no qual o ato (4) se ancora. Assim, com base em Gumperz (2013[1982]), é possível compreender que, do ponto de vista interacional, essa relação funciona como um índice ou uma pista de contextualização. Isso porque, ao estabelecê-la, a entrevistadora sinaliza

<sup>13</sup> In: relação ilocucionária iniciativa; Re: relação ilocucionária reativa.



uma pressuposição contextual, ou seja, uma linha de conduta que, a seu ver, ela deve adotar na interação. Mais especificamente, com a topicalização, a entrevistadora sinaliza que, na negociação da qual participa, ela deve, ao fazer uma pergunta, tornar o mais proeminente possível o tópico dessa pergunta.

Nesse sentido, a relação de topicalização atua com um recurso por meio do qual a jornalista da *Folha* categoriza ou enquadra (Goffman, 1986[1974]) a interação que protagoniza junto à entrevistada (Nikole Jones) como uma interação na qual é esperado que ela, enquanto entrevistadora, saiba manipular o tópico de suas perguntas (cf. Fávero, 2000) e, assim, presente, de maneira suficientemente explícita e esclarecedora, a informação na qual suas perguntas se ancoram.

Dessa forma, se a entrevistadora não estabelecesse a relação de topicalização e perguntasse apenas “Como você explica a história da Declaração de Independência dos EUA?”, ela deixaria de apresentar em sua intervenção a informação que constitui o tópico no qual a pergunta se encadeia, tornando-a menos esclarecedora/informativa. Nesse caso, a entrevistada poderia julgar que a intervenção da entrevistadora é ofensiva, pois não atende à restrição comunicativa de completude monológica, ou seja, é insuficientemente completa, esclarecedora e informativa (Cunha, 2020a, 2022b). Isso porque podem existir várias informações relacionadas à história da Declaração de Independência dos EUA (sua motivação, suas incoerências, sua importância para o país etc.), cabendo exclusivamente à entrevistadora indicar qual dessas informações constitui o ponto de ancoragem ou o tópico de sua pergunta.

Nessa perspectiva, a entrevistadora, sem a topicalização, indicaria certa dificuldade para explicitar o tópico de sua pergunta. Por conseguinte, demonstraria dificuldade para realizar uma tarefa que, em uma entrevista jornalística, espera-se que o entrevistador realize, tarefa essa que, como explica Fávero (2000), consiste em manipular os tópicos das perguntas que são feitas, (re)introduzindo-os, redirecionando-os, mudando-os ou dando continuidade a eles. Dessa maneira, a pergunta da jornalista poderia se tornar alvo de objeções como esta:

(5) Qual aspecto específico da história da Declaração de Independência dos EUA você quer que eu explique / Você quer que eu aborde especificamente qual aspecto da Declaração de Independência dos EUA?

Com objeções assim, Nikole Jones atacaria a face de Fernanda Mena, colocando em dúvida não só a sua capacidade de elaborar perguntas precisas/claras, como também a sua competência para conduzir uma entrevista e exercer a profissão de jornalista. Além disso, invadiria o território da entrevistadora, impondo-lhe o dever de tornar mais explícito o tópico,

ou seja, a informação que constitui o ponto de ancoragem da pergunta elaborada. No entanto, quando a entrevistadora estabelece a relação de topicalização, ela consegue impedir que Nikole Jones faça objeções como (5). Prova disso é que a entrevistada, em vez de fazer uma objeção, por meio da abertura de uma troca subordinada de clarificação, optou por reagir positivamente à pergunta da entrevistadora, produzindo a seguinte resposta:

(6) NIKOLE JONES – (5) É uma grande hipocrisia. (6) Nos EUA, (7) a gente é ensinado que nosso país é excepcional, e mitificamos nossos fundadores (...)

É justamente porque auxilia a entrevistadora a bloquear uma possível objeção da entrevistada que se pode entender que a relação de topicalização funciona como um recurso fundamentalmente interacional, ligado à gestão de faces e territórios. Conforme buscamos demonstrar, essa relação, ao ajudar a entrevistadora a impedir a realização de uma objeção pela entrevistada, contribui em grande medida para proteger a face e o território de Nikole Jones dos danos causados por uma intervenção de pergunta ofensiva, que não alcança a completude monológica, ou seja, que não deixa explícita a informação que constitui o tópico no qual se ancora. A relação, impedindo possíveis objeções de Nikole Jones, contribui ainda para resguardar a face e o território da própria entrevistadora dos prejuízos causados por essas objeções da entrevistada.

Como se isso não bastasse, a topicalização também funciona como um recurso por meio do qual a entrevistadora ataca a face de terceiros. Afinal, ao estabelecer essa relação, ela traz à tona e utiliza como tópico de sua pergunta a informação de que tanto Thomas Jefferson quanto George Washington eram escravagistas, atributo que, atualmente, corresponde a um valor social fortemente reprovável. Além disso, ela indica que Thomas Jefferson e George Washington eram incoerentes (por serem escravagistas e, ao mesmo tempo, peças-chave de um documento que prega a igualdade entre os homens) e desmerece quaisquer qualidades deles, que são historicamente considerados importantes figuras relacionadas à fundação dos EUA.

Até este ponto, apresentamos a análise da primeira ocorrência da relação de topicalização. Procederemos, agora, à análise da segunda ocorrência, que é estabelecida na intervenção de resposta de Nikole Jones. Reapresentamos essa intervenção a seguir, em (7):

(7) NIKOLE JONES – (5) É uma grande hipocrisia. (6) Nos EUA, (7) a gente é ensinado que nosso país é excepcional, e mitificamos nossos fundadores (...)

Nessa intervenção de resposta produzida pela entrevistada, o ato “(6) Nos EUA,” configura-se como um sintagma nominal deslocado à esquerda, o que constitui uma marca

linguística da relação de topicalização (cf. Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001). Com o ato (6), Nikole Jones introduz em seu texto uma informação (*EUA*) de modo a torná-la um pano de fundo ou um enquadre espacial em cujo interior devem ser interpretadas as informações ativadas no constituinte principal subsequente, ou seja, no ato (7). Em outros termos, a entrevistada, ao lançar mão da relação de topicalização para introduzir o ato (6), explicita que é nos Estados Unidos da América – e não em outro lugar – que as pessoas mitificam os fundadores do país e aprendem que esse país é excepcional.

Com base em Gumperz (2013[1982]), compreendemos que a topicalização funciona como uma pista de contextualização, pois, ao ser estabelecida por Nikole Jones, essa relação auxilia a locutora a sinalizar que, na interação de que participa, ela deve localizar espacialmente as informações que são ativadas em seu texto, de maneira a tornar esse texto o mais esclarecedor e informativo possível. Dessa maneira, Nikole Jones categoriza a entrevista que protagoniza junto à Fernanda Mena como uma interação na qual se espera que ela, enquanto entrevistada, faça enquadres espaciais para as informações que são ativadas em suas intervenções de resposta.

Nessa perspectiva, a ausência do constituinte topicalizado (o ato (6)) poderia ser interpretada pela entrevistadora como ofensiva, pois a informação que esse constituinte ativa (uma informação de enquadre espacial: os EUA), por contribuir para a construção de uma intervenção obediente à restrição comunicativa de completude monológica, pode ser vista como um material conversacional essencial para o desenvolvimento da interação (Kerbrat-Orecchioni, 2006). Assim, sem o ato (6), haveria uma falta de material conversacional fundamental para o desenvolvimento da interação. Logo, em vez de cumprir o papel de entrevistadora, que, dentre outras ações, implica a tarefa de dar prosseguimento à entrevista por meio da elaboração de novas perguntas (Fávero; Andrade, 1998), Fernanda Mena seria motivada a suspender a negociação principal por meio de uma objeção como esta:

(8) FOLHA DE S. PAULO (Fernanda Mena) – Não está claro para mim. Onde exatamente é ensinado que o país é excepcional e os fundadores desse país são mitificados?

Com objeções como essa, a entrevistadora atacaria a face de Nikole Jones, uma vez que sugeriria que ela é vaga ou pouco esclarecedora. Também invadiria seu território, já que limitaria a liberdade de ação dela, forçando-a a tornar mais claro o enquadre espacial em cujo interior a informação ativada no ato (7) deve ser interpretada. Porém, quando desloca o ato (6) à esquerda, fazendo emergir a relação de topicalização, a entrevistada bloqueia objeções como

(8) por parte da entrevistadora. É isso que evidencia a seguinte intervenção elaborada pela jornalista da *Folha* em reação à resposta da entrevistada:

(9) FOLHA DE S. PAULO (Fernanda Mena) – O The 1619 Project foi criticado por sua "ideia de reformular a história dos EUA", além de ter sido acusado de distorcer fatos a partir de uma perspectiva ideológica. Como você responde a essas críticas e acusações?

Essa intervenção mostra que a relação de topicalização realmente funciona como um recurso linguageiro essencialmente interacional, ligado à negociação de imagens identitárias, na medida em que auxilia a entrevistada a bloquear a realização de uma objeção como (8) por parte da entrevistadora. Afinal, a repórter da *Folha de S. Paulo*, em vez de fazer objeções à resposta da entrevistada, opta por dar continuidade à interação, por meio da produção de uma nova pergunta.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi mostrar em que medida a relação de topicalização pode ser compreendida como um recurso para a negociação de faces e territórios em contexto de entrevista jornalística. Com as análises desenvolvidas neste artigo, buscamos demonstrar que a topicalização funciona de modo essencialmente interacional, ligado à gestão de imagens identitárias, uma vez que essa relação de discurso, ao ser estabelecida, ajuda o locutor a impedir – ou, pelo menos, tentar impedir – que a produção de suas intervenções seja considerada pelo outro/interlocutor como ofensiva, isto é, um ataque à sua face e/ou uma invasão de seu território.

É justamente nesse sentido que a topicalização contribui em grande medida para a preservação não apenas da face e do território do interlocutor dos prejuízos implicados por uma intervenção ofensiva do locutor, mas também da face e do território do próprio locutor dos danos causados por eventuais objeções do interlocutor. Nessa perspectiva, entendemos que o estabelecimento da relação de topicalização constitui não somente uma manobra de articulação textual, mas também, e principalmente, uma manobra interacional por meio da qual os interlocutores negociam faces e territórios.

## **The topicalization relation as resource to the managing faces and places: an interactionist approach**

**ABSTRACT:** In this paper, our goal is to carry out an analysis of the role the topicalization relation plays in the managing faces and places of a journalistic interview published by *Folha de S. Paulo* in February 2021, in which journalist Fernanda Mena and Nikole Jones participated in. To meet our goal of studying the topicalization relation, we used an interactionist approach, based on the theoretical-methodological contributions developed by the Geneva Model to Discourse Analysis, that has been developed by the Study Group on Pragmatics, Text, and Discourse from Faculty of Letters of the Federal University of Minas Gerais. On the basis of this approach, there were two occurrences of the topicalization relation in the interview. With the analysis, we sought to demonstrate how the establishment of the topicalization relation helps the interlocutors to interact, negotiating faces and places. From our study, it was possible to observe that the topicalization relation helps the speaker to build a move constituting that will be evaluated by the interlocutor as adequate or not; if the latter, there is risk to the facework in progress. Thus, the topicalization relation works as an interactionist resource which helps the speaker to block, or at least, to try to block, the interlocutor's possible objections. Therefore, this relation helps to preserve not only the interlocutor's face and place from an offensive move, but also the speaker's from implied damages caused by objections from the interlocutor.

**KEYWORDS:** Journalistic interview. Topicalization relation. Interaction. Geneva model to Discourse Analysis.

### **REFERÊNCIAS:**

BERRENDONER, A. "Connecteurs pragmatiques" et anaphore. **Cahiers de linguistique française**, Genebra, v. 5, p. 215-246, 1983. Disponível em: <<https://clf.unige.ch/>>. Acesso em: 17 jan.2023.

BRAGA, P. B. **O papel do comentário metadiscursivo em debate eleitoral polilodal: estratégia discursiva no jogo de faces**. 2021. 273f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/40190>>. Acesso em: 17 jan.2023.

BRITO, D. M. O estabelecimento da relação interativa de preparação como manobra de gestão de faces e territórios em uma entrevista escrita. In: MATTOS, E.; PASTORINI, V.; MURTA, M.; SOUZA, W. E.; OLIVEIRA, A. L. A. M. (Orgs.). **Percursos acadêmicos e debates interinstitucionais: pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da UFMG**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. p. 285-302.

\_\_\_\_\_. **O funcionamento das relações de discurso na dimensão dramática de entrevistas jornalísticas: uma abordagem interacionista**. 2023. 247f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/51073>>. Acesso em: 24 set.2023.

CUNHA, G. X. **A construção da narrativa em reportagens**. 2013. 601f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/LETR-96NPV2>>. Acesso em: 17 jan.2023.

\_\_\_\_\_. **Para entender o funcionamento do discurso: uma abordagem modular da complexidade discursiva.** Curitiba: Appris, 2014.

\_\_\_\_\_. As relações retóricas e a negociação de faces em debate eleitoral. **Confluência**, v. 1, n. 47, p. 205-238, 2015. Disponível em: <<https://www.revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/30>>. Acesso em: 17 jan.2023.

\_\_\_\_\_. Estudo da negociação de faces em debate eleitoral: o papel das relações retóricas. **Estudos Linguísticos**, Campinas, v.45, n.3, p.815-829, 2016a. Disponível em: <<https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/610>>. Acesso em: 17 jan.2023.

\_\_\_\_\_. Relações de discurso em narrativas jornalísticas: em busca de sistematizações. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, n.17, p. 641-673, 2016b. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/100883>>. Acesso em: 17 jan.2023.

\_\_\_\_\_. O papel dos conectores na co-construção de imagens identitárias: o uso do mas em debates eleitorais. **Alfa: Revista de Linguística**, São José do Rio Preto, v. 61, n. 3, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/alfa/a/RVG97Mn3mJJvrGCbNTZ786t/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 17 jan.2023.

\_\_\_\_\_. Estratégias de impolidez como propriedades definidoras de interações polêmicas. **DELTA**, São Paulo, v. 35, n. 2, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/delta/a/cXLJS9s6HjMrkXmp9t5DcZK/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 17 jan.2023.

\_\_\_\_\_. Elementos para uma abordagem interacionista das relações de discurso. **Linguística**, Montevideú, v. 36, p. 107-129, 2020a. Disponível em: <[http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2079-312X2020000200107](http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2079-312X2020000200107)>. Acesso em: 17 jan.2023.

\_\_\_\_\_. Uma abordagem interacionista para o estudo do papel das relações de discurso na construção conjunta de imagens identitárias. **Filologia e Linguística Portuguesa**, v. 22, p. 151-170, 2020b. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/169589>>. Acesso em: 17 jan.2023.

\_\_\_\_\_. Relações de discurso e completude monológica: o impacto da restrição ritual sobre o estabelecimento das relações interativas. **Forma y Función**, Bogotá, v. 34, p. 1-24, 2021a. Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0120-338X2021000100007](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-338X2021000100007)>. Acesso em: 17 jan.2023.

\_\_\_\_\_. O papel das relações de discurso em uma entrevista concedida pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao jornal Le Monde. **Revista Letras Raras**, Campina Grande, v. 10, n. 2, p. 185-205, mai 2021b. Disponível em: <<http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/RLR/article/view/2073>>. Acesso em: 17 jan.2023.

\_\_\_\_\_. Para uma caracterização formal e funcional da troca subordinada de clarificação. **Diacrítica**, v. 35, n. 1, p. 207-228, 2021c. Disponível em: <<http://rehd.ilch.uminho.pt/index.php/dia/article/view/532>>. Acesso em: 17 jan.2023.

\_\_\_\_\_. O papel do conector aliás na articulação de argumentos e na construção de imagens identitárias. **Confluência**, Rio de Janeiro, p. 122-149, 2022a. Disponível em: <<https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/512>>. Acesso em: 17 jan.2023.

\_\_\_\_\_. Os conectores e seu papel na construção de imagens identitárias: uma perspectiva pragmática. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 122-146, 2022b. Disponível em: <<https://revistadogel.emnuvens.com.br/estudos-linguisticos/article/view/3210>>. Acesso em: 17 jan.2023.

\_\_\_\_\_. A reformulação em uma perspectiva interacionista para o estudo das relações de discurso. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 64, p. 1-18, e022026-e022026, 2022c. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8668768>>. Acesso em: 17 jan.2023.

FÁVERO, L. L. A entrevista na fala e na escrita. In: PRETI, Dino (Org.). **Fala e escrita em questão**. São Paulo: Humanitas, 2000, p. 79-97. (Projetos Paralelos – NURC/SP, v.4).

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O. Os processos de representação da imagem pública nas entrevistas. In: **Estudos de língua falada: variações e confrontos** [S.l: s.n.], 1998. Disponível em: <<https://dlcv.fflch.usp.br/sites/dlcv.fflch.usp.br/files/maluv003.pdf>>. Acesso em: 17 jan.2023.

FILLIETTAZ, L. Négociation, textualisation et action: le concept de négociation dans le modèle genevois de l'organisation du discours. In: GROSJEAN, Michèle; MONDADA, Lorenza. (Orgs.). **La négociation au travail**. Lyon: Presses universitaires de Lyon, 2004. p. 69-96.

GOFFMAN, E. **La mise en scène de la vie quotidienne: les relations en public**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1973.

\_\_\_\_\_. **Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face**. Petrópolis: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. Footing. Tradução de Beatriz Fontana. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Org.). **Sociolinguística interacional**. São Paulo: Loyola, p. 107-148, 2013 [1979].

\_\_\_\_\_. **Frame Analysis: an Essay on the Organization of Experience**. Boston: Northeastern University Press, 1986 [1974].

GROBET, A. La continuité topicale dans des dialogues radiophoniques: quelques relations de discours. **Cahiers de linguistique française**, Genebra, v. 21, p. 101-120, 1999. Disponível em: <<https://clf.unige.ch/>>. Acesso em: 17 jan.2023.

GUMPERZ, J. J. Convenções de contextualização. Tradução de José Luiz Meurer e Viviane Herbele. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Org.). **Sociolinguística interacional**. São Paulo: Loyola, p. 149-182, 2013 [1982].

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Cohesion in English**. London: Longman, 1976.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Análise da conversação: princípios e métodos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

KOCH, I. G. V. **A coesão textual**. São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Linguística Textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2006.

MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. Rhetorical structure theory: Toward a functional theory of text organization. **Text-interdisciplinary Journal for the Study of Discourse**, v. 8, n. 3, p. 243-281, 1988.

MANN, W. C.; MATTHIESSEN, C. M. I. M.; THOMPSON, S. A. Rhetorical structure theory and text analysis. In: MANN, W. C.; THOMPSON, S. A (Ed.) **Discourse description: Diverse linguistic analyses of a fund-raising text**, Amsterdam, John Benjamins, p. 39-78, 1992.

MARINHO, J. H. C. **O funcionamento discursivo do item “onde”: uma abordagem modular**. 2002. 305f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/GMMA-6CWS4L>>. Acesso em: 17 jan.2023.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

PICININ, R. V. C. **A negociação de imagens identitárias na sentença judicial: o uso do conector embora como estratégia discursiva**. 2021. 151f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/37989>>. Acesso em: 17 jan.2023.

ROULET, E. Stratégies d’interaction, modes d’implication et marqueurs illocutoires. **Cahiers de linguistique française**, Genebra, v. 1, p. 80-103, 1980. Disponível em: <<https://clf.unige.ch/>>. Acesso em: 17 jan.2023.

\_\_\_\_\_. Completude interactive et mouvements discursifs. **Cahiers de linguistique française**, Genebra, n.7, p. 189-206, 1986. Disponível em: <<https://clf.unige.ch/>>. Acesso em: 17 jan.2023.

\_\_\_\_\_. Complétude interactive et connecteurs reformulatifs, **Cahiers de linguistique française**. Genebra, n. 8, p. 111-140, 1987. Disponível em: <<https://clf.unige.ch/>>. Acesso em: 17 jan.2023.

\_\_\_\_\_. Variations sur la structure de l’échange langagier dans différentes situations d’interaction, **Cahiers de linguistique française**, Genebra, n.9, p. 27-37, 1988. Disponível em: <<https://clf.unige.ch/>>. Acesso em: 17 jan.2023.

\_\_\_\_\_. Vers une approche modulaire de l’analyse du discours, **Cahiers de linguistique française**. Genebra, n.12. p.53-81, 1991. Disponível em: <<https://clf.unige.ch/>>. Acesso em: 17 jan.2023.



\_\_\_\_\_. On the structure of conversation as negotiation. In: PARRET, H.; VERSCHUEREN, J. (orgs.) **(On) Searle on conversation**. Amsterdam: John Benjamins, 1992, p. 91-99. Disponível em: <<https://clf.unige.ch/>>. Acesso em: 17 jan.2023.

\_\_\_\_\_. Une description modulaire de l'organisation topicale d'un fragment d'entretien. **Cahiers de linguistique française**, Genebra, n.18, p.11-32, 1996. Disponível em: <<https://clf.unige.ch/>>. Acesso em: 17 jan.2023.

\_\_\_\_\_. A modular approach to discourse structures. **Pragmatics**. v. 7, n.2, p.125-146, 1997. Disponível em: <<https://benjamins.com/catalog/prag.7.2.01rou>>. Acesso em: 17 jan.2023.

\_\_\_\_\_. **La description de l'organisation du discours**. Paris: Didier, 1999.

\_\_\_\_\_. Une approche modulaire de la problematique des relations de discours. In: MARI, H. et al. **Análise do discurso em perspectivas**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003. p. 149-178.

\_\_\_\_\_. The description of text relation markers in the Geneva model of discourse organization. In: FISCHER, K. (Ed.). **Approaches to discourse particles**. Amsterdam: Elsevier, 2006. p. 115-131.

ROULET, E. et al. **L'articulation du discours en français contemporain**. Berne: Lang, 1985.

ROULET, E.; FILLIETTAZ, L.; GROBET, A. **Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours**. Berne: Lang, 2001.